

PEQUENAS CIDADES: EM BUSCA DE UM CONCEITO

Tamyres Virgínia Lopes Silveira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da

Universidade Federal de Viçosa

tamyresvls@yahoo.com.br

Aline Werneck Barbosa de Carvalho, D.S.

Profa. Adjunto da UFV

alinewbc@gmail.com

PEQUENAS CIDADES: EM BUSCA DE UM CONCEITO

RESUMO

Este trabalho pretende ser uma contribuição para o estudo das “pequenas cidades”. Permeando pela busca de conceitos e definições, perpassando pela compreensão da essência da pequena cidade, seu caráter híbrido urbano-rural, investigando os obstáculos que se impõe ao seu desenvolvimento, sua função e posição na rede urbana regional, bem como os delineamentos das relações entre elas, uma vez que, como observou Santos (1985), está imbuída de complexibilidade. Pretende-se ainda compreender sua função e posição na rede urbana regional, bem como os delineamentos das relações entre elas. A questão da pequena cidade será aqui abordada por uma ótica investigadora. Trabalharemos a construção do contexto em que se inserem, através dos temas acima propostos, identificando eixos teóricos acerca dos mesmos.

1. INTRODUÇÃO

“Quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do mais pequeno”.

Santos, 1985.

A inquietação acerca das pequenas cidades foi o motivo que instigou a escolha desse tema. O problema, que em um primeiro instante pode parecer pequeno em sua complexidade, é uma realidade que abrange toda a rede urbana nacional. A cidade pequena se esvazia e não devemos ser ingênuos a ponto de pensar que a única consequência é o enfraquecimento e estagnação destas localidades; soma-se a este fato o inchaço dos grandes centros, e também das médias cidades.

Além disso, em tempos de globalização os meios de comunicação e transporte encurtam as distâncias a cada dia, promovendo as polarizações. As relações econômicas e sociais e mesmo os arranjos políticos de cidades localizadas próximas a polos regionais (ou talvez nem tão próximas assim, em distância física) podem, segundo uma hipótese, estar enfraquecendo devido à facilidade de acesso ao polo. Somam-se a isto as supostas perdas nas relações de identidade entre cidade e indivíduo, como bem observa Hall (2005), numa tendência às identidades partilhadas. Antigos costumes deixados de

lado, a efemeridade de atividades, tudo passa com muita rapidez; os vínculos são enfraquecidos, talvez porque a identidade cultural já tenha há muito se modificado em meio à busca pelo que há de vir, pelo progresso que se espera, mas pelo qual não existe uma conduta ou ação que o promova.

Esta configuração que é construída, pautada na existência de polos, desenha uma relação de dominação e dependência. Podemos refletir, conforme Boisier, que:

Isso significa que o principal problema para toda região que queira acelerar seu crescimento ou dar o salto qualitativo para o desenvolvimento consiste em como romper sua relação de dominação/dependência, para substituí-la por outras modalidades (por exemplo, relações cooperativas). (BOISIER, 1996, 34)

Boisier (1996) levanta uma questão que tem estreita ligação com o problema deste trabalho. As relações estabelecidas entre as pequenas cidades, em grande parte das vezes, não são capazes de promover seu desenvolvimento. A possibilidade de interconexões deveria ser canalizada para que o desenvolvimento regional fosse uma realidade.

Dentro deste contexto regional, pergunta-se qual é o papel das pequenas cidades na rede urbana, e sob esta ótica, quais seriam então os obstáculos que impedem que elas se organizem e alcancem seu desenvolvimento? Este é o tema principal da dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, na qual procuraremos compreender o papel das pequenas cidades que compõem a Microrregião Funcional de Viçosa-MG¹ em sua articulação com os níveis superiores da rede urbana e os possíveis obstáculos que enfrentam em busca de seu desenvolvimento.

Neste artigo, entretanto, apresentamos as primeiras discussões de natureza conceitual que compõem o referencial teórico da dissertação mencionada. Pretendemos, com ele, trazer uma contribuição para o estudo das “pequenas cidades”, ao permear pela busca de conceitos e definições, perpassando pela compreensão da essência da pequena cidade, seu caráter híbrido urbano-rural, sua função e posição na rede urbana regional, bem como os delineamentos das relações entre elas, uma vez que, como observou Santos (1985), o estudo do “mais pequeno” está imbuído de complexidade.

2. CONSTRUINDO O CONCEITO DE PEQUENA CIDADE

O fenômeno cidade não surge grande, conforme argumenta Singer (SINGER apud ENDLICH, 2008). A gênese de todo o processo de urbanização que se encontra em evolução está nas primeiras cidades, nos primeiros núcleos de povoamento. O contexto atual de globalização fez surgir verdadeiros conglomerados urbanos, mas em pontos determinados do território a marca inicial deste processo se faz presente.

As pequenas cidades guardam em sua dinâmica relações que desapareceram quase que por completo nas grandes cidades.

Rural e urbano eram outrora diferenciados pelo modo de produção, a cidade mantinha uma produção mecanizada, enquanto o rural refletia em sua forma o trabalho braçal não mecanizado, abrigando uma população dispersa em contradição à concentração populacional da cidade.

(TEODOSIO; SILVA, 2005).

Como bem elucidam as autoras, a definição deste par é hoje de difícil delineamento.

O fenômeno da globalização, a que “tudo aproxima e tudo integra”, aproximou estes dois mundos – rural e urbano - de tal modo que, como já citado anteriormente, torna-se cada vez mais difícil dar-lhes uma identificação ou delimitação. RUA (2006), ao discutir a questão, nos traz uma reflexão de Santos quando este define o espaço como um híbrido dizendo que “a sua existência geográfica (dos objetos) é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos” (SANTOS, 1993 *apud* RUA, 2006).

Santos (1988) já defendia “a história da humanidade como sendo a história da transformação da natureza pelo trabalho humano”, chamando atenção para suas fases que são, segundo o autor, o grau de interação homem-natureza, desde a fase onde o homem extraía da natureza o necessário à sua sobrevivência e exercia sobre ela mínimas modificações, numa perspectiva de vida rural, até hoje, quando, tanto no meio rural quanto no meio urbano, já se impõe os elementos ciência, tecnologia e informação. É a presença de um novo subsistema hegemônico, de acordo com Santos (1988, 78) que “se instala sobre os subsistemas preexistentes para definir, de modo direto ou indireto, a dinâmica global”. O autor nos chama atenção para a modernidade que vem imbuída neste novo subsistema, uma modernidade que já não pode ser rejeitada, como outrora se fazia, mas que deve ser indiscutivelmente aceita. Para melhor compreensão do tema

urbano-rural e visando a apreensão da essência da pequena cidade, propomos aqui uma classificação de correntes teóricas.

A ideia da evolução do urbano segundo um *continuum*, permeia as discussões de muitos autores e tem sua origem em Lefébvre (1999). Esta teoria pressupõe que o urbano se desenvolve a princípio com a cidade - que evolui desde a cidade política à cidade industrial – e seu auge é alcançado quando este extrapola os limites da cidade. O princípio da completa urbanização defendido por Lefébvre (1999) é compartilhado por outros autores, como Monte-Mór (2006), Santos (1988), entre outros. Seus estudos se pautam em uma hipótese de completa urbanização, no devir do urbano como elemento dominador. A teoria lançada por Lefébvre (1999) parte da premissa do desaparecimento do rural, isto é, no avanço, ainda que virtual, do urbano sobre a totalidade do território, de dominação da cidade sobre o campo.

Rua (2005, 2006) classifica esta vertente como “abordagem clássica”, onde além de Santos e Lefébvre inclui outros nomes. Aqui nos reportamos a outros estudos que complementam este posicionamento e propomos denominar esta corrente como “Corrente Lefebvriana”, em razão da forte presença do pensamento do autor nas discussões de seus pares. Ainda que nem todos os autores partilhem exatamente da mesma ideia de Lefébvre, a crença na urbanização do campo é comum a todos. Somam-se a esta gama de autores, as argumentações de Teodósio e Silva (2005) que compartilham desta perspectiva, sob a crença de dominação do urbano e da própria cidade, no contexto atual de globalização:

Com a ampliação do espaço urbano, a cidade descobre novos meios de relação. O urbano se espalha na perspectiva da relação entre lugares de distintas distâncias. Os lugares passam a estar em rede. Os nódulos do urbano estão em contato, em escala progressivamente mundial. A cidade agora é mundial. E a relação entre os lugares são os fluxos. A rede é um contingente, descontínuo e intensamente hierarquizada. Os fluxos foram marinhos, terrestres, depois aéreos, mas agora são ao mesmo tempo virtual. (TEODOSIO, SILVA, 2005: 8)

Reconhecemos, dentre os autores estudados, duas outras vertentes, que têm em comum a ênfase no rural. A segunda corrente aqui considerada se pauta enfaticamente no rural, e é onde locamos o pensamento do professor José Eli da Veiga. O autor embasa seus estudos acerca da relação urbano-rural na estrutura político-administrativa

brasileira e sugere uma classificação adotada em países desenvolvidos para sanar as deficiências que ele julga existir em nosso país.

O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais. (VEIGA, 2004: 76)

Podemos é claro entender que o autor sugere uma importância ao entendimento das funções e características locais no estudo da cidade e da própria rede urbana, porém, como veremos mais adiante, ele não se propõe a realizar este estudo para então tecer suas análises.

Consideramos que a classificação por ele proposta possa ser perigosa, quando o país em questão não goza das mesmas condições de desenvolvimento dos países “modelo”. Veiga (2004) se pauta de forma enfática em dados estatísticos, e ao tratar as pequenas cidades sugere uma classificação numérica, baseada na quantidade de habitantes, que contradiz suas próprias críticas. Separamos o autor em uma corrente distinta, aqui chamada de “ruralidades ativas”, uma vez que Veiga (2004) admite uma hipótese de ruralização do urbano, movimento contrário ao sugerido pela primeira vertente. Acerca deste posicionamento de Veiga (2004), temos as críticas de Rua (2005, 2006) e Carlos (2002) que se posicionam contra Veiga. A autora faz referência a uma suposta falha que seria o fato do autor basear sua análise quase que estritamente em dados estatísticos de países centrais, e não buscar análises aprofundadas de seu próprio objeto de estudo que seria o Brasil rural, sobre o qual ele tece análises a partir de dados numéricos, metodologia que o próprio Veiga (2004) questiona.

Partindo da argumentação de Veiga (2004), encontramos possíveis lacunas em suas hipóteses, como já observado na crítica de Carlos (2002), no que tange à carência em sua análise de outros aspectos essenciais à compreensão da dinâmica e essência do território, o qual se constitui como uma categoria de análise complexa e diversificada. Esta autora se coloca numa perspectiva semelhante à do primeiro eixo teórico, de ênfase na crença de uma completa, ou, como ela defende, quase completa urbanização. (CARLOS, 2002)

A terceira corrente teórica que compõe a revisão acerca do tema é denominada “ruralidades interativas”. Assim como a segunda, esta corrente apresenta um foco no rural, no entanto, considera o surgimento de uma nova forma de ruralidade que abarca

questões do urbano, que se mescla a ele. A análise proposta por esta linha de pensamento, defendida principalmente por Wanderley (2001), é feita sob uma ótica interdisciplinar, considerando as complexidades do tema.

Wanderley (2001) nos ajuda a pensar a pequena cidade em seu aspecto rural, e é deste seu argumento que definimos aqui a concepção de pequena cidade. A autora propõe categorias de análise que poderiam, segundo ela, compor a trama social e espacial das pequenas cidades. O exercício das funções propriamente urbanas seria a primeira delas, que dita que a cidade é sede do poder municipal. Uma segunda categoria é a intensidade do processo de urbanização; pode-se dizer, segundo Wanderley, que no Brasil, o fato de ser “pequeno” frequentemente significa ser precário do ponto de vista dos recursos disponíveis. A presença do mundo rural também é fator relevante; nesse sentido, as qualidades que essa característica confere às pequenas cidades dizem respeito “ao povoamento reduzido e à predominância das paisagens ‘naturais’ e das reações de interconhecimento”. Somam-se a estas categorias o modo de vida dominante, que segundo a autora é percebido tanto através de suas manifestações concretas como das representações que dele fez a população local, e a dinâmica da sociabilidade local, que diz respeito às diferenciações sociais, os conflitos e as redes de aliança e associações.

O argumento acima constrói nosso entendimento acerca da pequena cidade, que seria aquela que:

- exerce funções propriamente urbanas, como ser sede do poder municipal;
- é precária do ponto de vista dos recursos (principalmente financeiros) disponíveis;
- contém a presença do mundo rural, cujas características são: o povoamento reduzido, a predominância das paisagens ‘naturais’ e das reações de interconhecimento.

Reconhecemos, entretanto, que a maioria das classificações de cidade quanto ao porte se baseia na definição de faixas populacionais, que variam de autor para autor e que tendem a ser tornarem obsoletas ao longo dos anos, a partir das transformações que vão ocorrendo nas dinâmicas das cidades.

3. REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO DAS PEQUENAS CIDADES NA REDE URBANA

A partir desta primeira leitura acerca das relações e da complexidade da pequena cidade, construímos um panorama acerca do tema. Não poderíamos ter iniciado este diálogo sem nos pautar na relação urbano-rural, que, como vimos, é parte integrante do entendimento da pequena cidade, e ao mesmo tempo, não seria permitido finalizar a discussão sem deixar de pensar estas pequenas cidades em seu conjunto.

Podemos inferir que o problema enfrentado pelas pequenas cidades não se trata somente de uma questão político-administrativa, como argumenta Veiga (2004), mas pode estar relacionado, sobretudo, à sua posição na rede urbana, que envolve questões como sua área de influência e a interação com as cidades localizadas no seu entorno. Essa reflexão suscita a seguinte pergunta: Se a cidade pequena tem um caráter local, como aponta Santos (1988), seria a sua posição regional a chave do seu desenvolvimento? Há uma irrevogável necessidade de se pensar no todo, formado pela rede de cidades, cada qual com sua área de influência, e na relação entre as cidades, suas trocas, as trocas com o campo e com os grandes centros, mas especial e primordialmente, a rede regional ou microrregional e o entorno imediato de conexões. Como destaca Endlich (2006):

O olhar para as pequenas cidades não está isolado do restante da rede urbana. Ao contrário, procura-se compreender as dinâmicas destas localidades em interação, em movimento, consoante a apreensão de uma realidade que considere os demais centros urbanos e fluxos humanos existentes entre eles. (ENDLICH, 2006: 29).

Entendendo que o estudo da rede urbana é primordial na presente análise e partindo das argumentações anteriores, somamos a contribuição de Corrêa (2000), que aborda em seus estudos a configuração da rede urbana. Para o autor, esta configuração varia de acordo com a gênese dos centros (e aqui o autor se refere a cada cidade, cada ponto integrante da rede), o tamanho deles, a densidade, as funções urbanas e as relações espaciais, sem se esquecer dos aspectos políticos, sociais e culturais, pouco abordados na produção acerca do tema, mas de extrema importância como já verificamos anteriormente no âmbito da relação urbano-rural.

Ainda Corrêa (2000) nos chama a atenção para a força motriz do dinamismo de uma rede urbana. Para ele, este dinamismo articula-se por necessidades externas (próprias do modo de produção) e necessidades internas (que são nada mais que questões históricas).

Os investimentos, pensados e programados segundo uma perspectiva global, criaram e reestruturaram inúmeras e complexas redes geográficas das quais a rede urbana é a expressão mais contundente. Trata-se, em toda parte, de uma rede urbana que sofreu o impacto da globalização, na qual cada centro, por mais minúsculo que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção (SANTOS, 1988), produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informações que, crescentemente, circulam por intermédio da efetiva ação de corporações globais... (CORRÊA, 1999)

Corrêa nos reporta à ideia de palimpsesto urbano, já defendida por Harvey (1996), camadas que ao longo do tempo, como reflexo de demandas externas e do comportamento interno a essas demandas, vão formando o tecido urbano da cidade e porque não dizer da rede urbana. Ela se desenha com o tempo.

A discussão apresentada até aqui reflete uma ideia central de que há uma irrevogável necessidade de compreender a região como uma unidade complexa, o que fica claro nas argumentações de todos os autores. Diniz (2013) argumenta que:

Em primeiro lugar, é preciso superar a visão tradicional de que a região é apenas um recorte do território, cujas características são refletidas por diferentes indicadores naturais, econômicos e sociais. Embora esses indicadores sejam fundamentais para se caracterizar o território, eles não são suficientes para entendê-lo, e nele atuar e agir. (DINIZ, 2013).

Boisier (2006), em trecho já citado, suscita a necessidade das cidades estabelecerem entre si relações de cooperação. Embasados pelas discussões anteriores podemos sugerir que uma forma possível para que as pequenas cidades alcancem o desenvolvimento, em sua definição plena, de forma a aumentar as liberdades dos indivíduos ali residentes, seria a busca de complementaridades, em substituição à competição, favorecendo o surgimento de associações, consórcios, convênios e outras modalidades de cooperação.

A todo o momento a análise converge para a relação supracitada, ou seja, o urbano-rural está na gênese do entendimento da pequena cidade e seu entorno, da sua posição na rede urbana, uma vez que, como sugere Corrêa (2000), questões como densidade e renda interferem diretamente no dinamismo da cidade, que, por sua vez, é diretamente proporcional ao nível de interação na rede na qual se insere. Essas relações são, segundo o autor, historicamente produzidas, o que justifica uma abordagem histórica das cidades a serem estudadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propõe a ser uma contribuição ao entendimento das dinâmicas dos municípios com pequenas cidades e da relação que estabelecem entre si e com a rede regional.

O estudo realizado até aqui permite compreender que a definição de pequena cidade extrapola limites demográficos. Na busca pela definição deste conceito perpassamos por teorias ligadas à relação urbano-rural e sua tocante expressão nas pequenas cidades, que imprime em suas características aspectos peculiares, dentre eles a precariedade de recursos, como levantado por Wanderley (2001).

A essência da pequena cidade influencia a rede urbana onde está inserida e, por outro lado, é por ela influenciada. Ao discutir o papel da pequena cidade foi possível notar que o conceito de estruturação da rede urbana é essencial, uma vez que estas cidades devem ser analisadas em seu conjunto, devido à precariedades locais que implicam em fluxos e trocas, com outras cidades da rede, produzir relações de dependência, em lugar às relações de cooperação.

A discussão trazida por este trabalho permite ratificar a complexidade do entendimento da pequena cidade, exposto por Santos (1985), e atenta para a necessidade de realizar estudos dentro desta temática de forma a sanar a carência em relação aos mesmos e contribuir para o avanço nas relações entre as pequenas cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, N.13, jun. de 1996.

_____. Post-Scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e Modelos mentais. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, N.19, jun. de 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”*. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp13/Geosp>.

CARNEIRO, Patrícia, FONTES, Rosa. *Desigualdades na região da Zona da Mata Mineira*. In: FONTES, Rosa; FONTES, Mauricio. *Crescimento e Desigualdade Regional em Minas Gerais*. Viçosa: Editora Folha de Viçosa, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. *Revista Território*, Rio de Janeiro. Ano IV, n. 6, jan/jul, 1999.

_____, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. *Revista Território*, Rio de Janeiro. Ano V, n.8, pp. 121-129. Jan/Jul, 2000.

DINIZ, Clélio Campolina. *Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro: desafios e oportunidades*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2013.

ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. Presidente Prudente, 2006

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes Ltda, 1991.

MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. *O que é urbano, no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006, 14pg.

ROCHA, César Henrique Barra. *Zona da Mata Mineira: pioneirismo, atualidade e potencial para investimento*. Juiz de Fora: Do autor, 2008.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. *Revista da ANPEGE*, n. 2, 2005. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewArticle/81>

_____. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v.1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, Milton. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. *Revista Espaços & Debates*, n. 25, 1988.

TEODOSIO, Taiana Santos Jung, SILVA, Rui Marcos Teodosio da. *A produção do espaço: relação urbano/cidade e campo/rural: uma perspectiva conceitual e seu desdobramento no Brasil atualmente*. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Salvador, maio-2005.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, nº 51, p. 51-67, maio/ago.2004.

_____. *A dimensão rural do Brasil*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, São Paulo, nº 22, abril 2004, pp. 71-94.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco*. Recife, 2001.

ⁱ A Microrregião Funcional de Viçosa, definida pelo REGIC – Regiões de Influência das Cidades, de 2007, produzido pelo IBGE, congrega onze municípios: Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Paula Candido, Pedra do Anta, Porto Firme, Presidente Bernardes, São Miguel do Anta e Teixeiras.